

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO N° : 19766/038.444/92-37
RECURSO N° : 002.807
MATÉRIA : **COFINS - EXERCÍCIO de 1993**
RECORRENTE : **TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA**
RECORRIDA : DRF/RIO DE JANEIRO - CENTRO/SUL (RJ)
SESSÃO DE : 14 DE NOVEMBRO DE 1996
ACÓRDÃO N° : 108-03.775

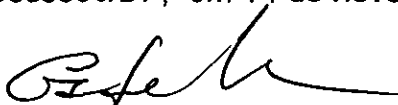
MULTA DE MORA - Denúncia Espontânea. O simples requerimento de parcelamento de débito fiscal previamente contabilizado pela *pessoa jurídica*, não tem o condão de atrair para o contribuinte os favores da *denúncia espontânea*, mormente quando esta não comprova ter efetuado o recolhimento da parcela correspondente ao tributo.

RECURSO NÃO PROVIDO.

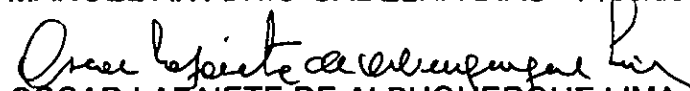
Vistos, relatados e discutidos os presente autos de *recurso voluntário* interpostos por **TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.**

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuinte, por unanimidade de votos, **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala de Sessões/DF, em 14 de novembro de 1996



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - Presidente



OSCAR LAFAIETE DE ALBUQUERQUE LIMA - Relator

FORMALIZADO EM : 03 DEZ 1996

Participaram ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSÉ ANTÔNIO MINATEL, PAULO IRVIN DE CARVALHO VIANNA, RENATA GONÇALVES PANTOJA, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA.

RECURSO Nº : 002.807
RECORRENTE : **TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA**
RECORRIDA : DRF/RIO DE JANEIRO - CENTRO/SUL (RJ)

RELATÓRIO

A Pessoa Jurídica **TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA**, com inscrição no C.G.C./MF sob o nº 28.268.233/0001-99, com domicílio fiscal na Cidade do Rio de Janeiro (RJ), irresignada com a **Decisão nº 1.775/94**, da lavra do titular da Delegacia da Receita Federal no RIO DE JANEIRO - Centro/Sul (RJ), datada de 23/12/93, que manteve incólume a exigência fiscal correspondente ao **AUTO DE INFRAÇÃO** de fls. 02 a 06, articula *recurso voluntário*, com a pretensão de vê-la reformada.

02. Trata a presente exigência de tributação correspondente à *Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS*, lançada "ex officio" e correspondente ao período (*meses*) de ABRIL a AGOSTO de 1992 (fls. 03), calculada à alíquota de 2% (dois por cento) sobre o faturamento mensal apurado pela empresa no período (*Demonstrativo de fls. 04*). A exigência da *COFINS* está em consonância com os artigos 1º, 2º, 5º, 9º e 10, parágrafo único, da *Lei Complementar nº 70*, de 30 de dezembro de 1991.

03. Concluído o lançamento, dele, em 22/10/92, foi cientificado o contribuinte, o qual, inconformado com parte da exigência, fez apresentar impugnação ao **AUTO DE INFRAÇÃO** (fls. 12 a 24), nos moldes prescritos no artigo 16, do Decreto nº 70.235/72 (*Processo Administrativo Fiscal - PAF*), nela aduzindo, em síntese, que:

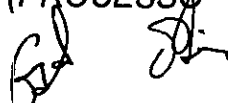
a) "Da ação fiscal a que foi submetida a empresa decorreram autuações relativas ao *PIS/FATURAMENTO*, *FINSOCIAL* e *COFINS*;

b) No presente instrumento de impugnação restringe-se a autuada a fazer considerações genéricas sobre a excessiva carga tributária e outras questões de política tributária, que em nada se relacionam com o cerne da exigência em tela, deixando, inclusive, de questionar o mérito da exigência concernente ao *COFINS*, do que o presente processo corresponde;

c) Contudo, manifesta inconformismo latente com a aplicação da multa de ofício, porquanto alega ter contabilizado e provisionado a obrigação relativa ao *COFINS*, no período objeto do lançamento de fls. 02 a 06, requerendo, desse modo, a eliminação do acréscimo legal e, em decorrência, que sejam desconstituídos os autos de infração mencionados, arquivando-se o procedimento fiscal. Requer, inclusive, a realização de diligência para a comprovação do que alega.

04. Com a informação fiscal de fls. 34, proferida na conformidade do, à época, vigente artigo 19, do Decreto nº 70.235/72, o autuante confirma os termos da exigência, opinando pela desnecessidade da diligência pleiteada pela impugnante.

05. Destarte, estando o processo fiscal devidamente instruído, considerando os aspectos processualísticos que defluem do Decreto nº 70.235/72 (*PROCESSO*



ADMINISTRATIVO FISCAL), com as alterações da Lei nº 8.748/93, foi o mesmo submetido, em 14/DEZ/93, ao Julgador de primeira instância.

05. Diante dos fatos e de conformidade com que do processo consta, foi prolatada a *Decisão nº 1.775/93* (fls. 47/48), na qual o Julgador monocrático conclui, com base no minudente *Parecer de fls. 41 a 46*, pela improcedência da impugnação do *Sujeito Passivo*, tendo firmado sua convicção na acertiva que consta explicitada na EMENTA que se transcreve, *verbis*:

CONTRIBUIÇÃO DE FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - A denúncia espontânea será acolhida para parcelamentos de débito, quando acompanhada do prévio pagamento da parcela mínima do débito consolidado (artigo 138 do C.T.N. e artigo 1º da Portaria MEFP nº 450/92).

06. Através de *Aviso de Recebimento (AR)* da E.C.T. (fls. 53) foi a empresa *TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA*, comunicada dessa *Decisão*, sendo essa, na oportunidade, intimada (fls. 50) a recolher o crédito tributário da *Fazenda Nacional*, de que se reporta a exigência fiscal manifestada pelo *AUTO DE INFRAÇÃO* de fls. 02 a 06.

07. Insistindo a autuada, como lhe faculta o artigo 33, do *PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL*, consoante o *princípio do duplo grau de jurisdição*, interpõe, em 28/03/94 (fls. 50/51), *recurso voluntário* a este *CONSELHO DE CONTRIBUINTES/MF*, à *Decisão* suso-referida, com a finalidade "específica de ser excluída a multa de ofício", da exigência de fls. 02 a 06, "mantida integralmente pela *Julgador monocrático*, porquanto, conforme constam de seus registros contábeis, não foi omitido qualquer lançamento da contabilidade, sendo as provisões tempestivamente feitas, e as demandas para o parcelamento já estavam de há muito sendo conduzidas por meio da Agência da Receita Federal (IPANEMA). No mais, destaca a recorrente que: a) "além de ter-se auto-lançado do débito, conforme comprovam os seus registros contábeis, que se encontram à disposição do *CONSELHO DE CONTRIBUINTES/MF*, tentou fazer o recolhimento mínimo, decorrente do pedido de parcelamento, contudo foi indeferida sua pretensão pela SRF; b) Assim, antes que pudesse ter realizado o recolhimento da parcela da exigência, foi iniciada a Fiscalização, sendo a empresa penalizada (multa de ofício) por aquilo que não deu causa, sendo dado interpretação ao artigo 138, do C.T.N., de forma prejudicial.

07.

É o relatório.



VOTO

Conselheiro OSCAR LAFAIETE DE A. LIMA - Relator

O recurso preenche os requisitos relativos à sua admissibilidade, inclusive no que tange à sua tempestividade, na forma do artigo 33, do Decreto nº 70.235/72, devendo, portanto, ser conhecido.

Consta ter a empresa *TELSIST - INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA*, injustificadamente, deixado de recolher a *Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS*, correspondente aos meses de ABRIL de 1992 a AGOSTO de 1992, sendo, por consequência, exigido *ex officio*, com fulcro na *Lei Complementar nº 70/91*. Integrou a *crédito tributário* lançado (*AUTO DE INFRAÇÃO - fls. 02 a 06*) os *acréscimos legais* correspondentes, quais sejam: *JUROS DE MORA* (artigo 58, parágrafo único, e artigo 59, da Lei nº 8.383/91) e *MULTA DE OFÍCIO* (artigo 4º, da Lei nº 8.218/91 e artigo 58, parágrafo único, da Lei nº 8.383/91).

Entretanto, alega a recorrente que não cabia ao *FISCO* aplicar ao lançamento a *multa de ofício* acima destacada, porquanto já estava a obrigação lançada em sua contabilidade e regamente provisionado o valor correspondente ao débito para com a *FAZENDA NACIONAL*, correspondente ao *COFINS* dos meses de *ABRIL a AGOSTO de 1992*.

Comporta sublinhar que o contribuinte não tem direito subjetivo ao parcelamento de seus débito para com a *FAZENDA NACIONAL*, sendo a concessão uma deferência da poder público (*SRF*), que tem por dever, inclusive, munir-se de salvaguardas indispensáveis para a realização do conveniente ingresso do recurso público correspondentes. Efetivamente não tem o *FISCO* interesse em firmar compromisso de parcelamento no recebimento de seus créditos, com contribuintes reconhecidamente relapso.

No caso *in examine* apenas com o pagamento do débito poderia a empresa exonerar-se da exigência da *multa de ofício*, realizado antes do início do procedimento de ofício, que ensejou na exigência tributária de fls. 02 a 06, na conformidade da previsão contida no parágrafo único, do artigo 138, do Código Tributário Nacional (LEI nº 5.172/66).

No mais, o requerimento de fls. 27 é ineficiência para atrair para o contribuinte, eternamente, os benefícios da denúncia espontânea, principalmente porque seus fundamentos são de difícil comprovação, mesmo assim, somente seria considerado procedimento preventivo efetivo, aquele que implicasse na pagamento do débito.

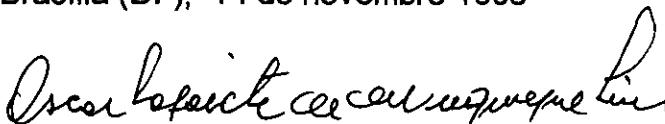
Consta do Acórdão nº 58.711, do 2º CC, datado de (DOU) 23/11/78, de relatoria do Conselheiro *EMILSON TORRES DOS SANTOS LIMA*, enunciados extremamente esclarecedores sobre a matéria, cabendo aqui a transcrição da respectiva ementa, disposta nestes termos, *verbis*:

RECOLHIMENTO NECESSÁRIO. Falta de recolhimento de imposto regularmente escriturado e constante de declarações mensais de

informações apresentadas (RIPI, Dec. nº 70.162/72, arts. 39 e 41). Reincidência caracterizada (RIPI, Dec. nº 61.514/67, art. 147). 2) Compete ao contribuinte a iniciativa de pagar o tributo ao agente arrecadador, no prazo próprio, caracterizando infração à obrigação principal o descumprimento desse prazo (CTN, art. 113 e § 1º). 3) Só é denúncia espontânea, excludente de responsabilidade, a que é acompanhada da prova do pagamento do tributo devido, sendo irrelevante ter havido a apresentação daquelas declarações, que é obrigação de natureza acessória (C.T.N., arts. 113, § 2º, e 138, parágrafo único). 4) O ato de homologação de lançamento, cogitado no art. 150 e §§ do C.T.N., incide sobre pagamento efetuado. 5) O descumprimento do prazo para pagamento coloca o contribuinte em mora, sujeitando-o, desde este momento, aos encargos legais de correção monetária, juros e multa, até o efetivo pagamento, sendo irrelevantes para a incidência destes encargos a ocorrência de lançamento de ofício e a eventual suspensão da exigibilidade do crédito tributário constituído por lançamento de ofício (C.T.N., arts. 142 e 151).

Ante todas as considerações expostas, que indicam pela plena consistência a exigência fiscal objeto do lançamento de ofício de fls. 02 a 06, no que concerne à aplicação da **MULTA DE OFÍCIO**, como consta convenientemente reconhecido pelo Julgador monocrático, **voto** no sentido de negar provimento à pretensão da recorrente, manifestada com o *recurso voluntário* de fls. 50/51.

Brasília (DF), 14 de novembro 1996


OSCAR LAFAIETE DE ALBUQUERQUE LIMA - Relator

